

- I Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG Brasil
ftavares@caed.ufjf.br
<https://orcid.org/0000-0001-7892-4017>
- II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
celiscalon@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9477-3156>
- III Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil
brunopwr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1848-8756>

Fernando Tavares Júnior^I
Celi Scalon^{II}
Bruno P. W. Reis^{III}

SOBRE MINAS GERAIS E O MUNDO: UM DEBATE SOBRE CULTURA POLÍTICA E POLARIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Tomar Minas Gerais como caso de estudo e refletir sobre seu papel no Brasil é um desafio, que se torna ainda maior ao também habitá-lo ou, ainda, ter ali suas origens. Estando em Minas, ou tendo as Geraes como referência de ancestralidade e infância, enxergar suas idiossincrasias e, ao mesmo tempo, seu lugar reflexivo torna-se um exercício de distanciamento e de autoquestionamento, tentando contribuir com argumentos históricos e estruturais sobre seu papel e lugar na sociedade brasileira e sua política. Algumas questões surgem a partir da conjuntura, nos últimos anos, especialmente no contexto das eleições gerais de 2022.

Há a propalada ideia de que a eleição se decide em Minas: “Minas define o resultado” ou “Quem ganha Minas, ganha o Brasil”. Empiricamente, esse processo se desenrola e se explica melhor na direção causal inversa: não é o fato de ser vitorioso em Minas que garante a vitória nacional, embora tenda a elevar obviamente esta probabilidade. Todavia, ao ganhar a eleição nacional, há a óbvia tendência de vencer as eleições em vários estados, entre eles, sobretudo, Minas Gerais. Há um amálgama sociodemográfico em Minas Gerais. É uma Unidade Federativa bastante diversa, na qual se veem elementos de diferentes regiões do país. Essa diversidade se exprime, em maior ou menor grau, nas diferentes regiões do Estado. Até por sua relativa centralidade geográfica, especialmente ao ponderá-la pela população brasileira, e seu grande peso proporcional como segunda maior população entre os estados do Brasil, deve-se reconhecer que o locus de um estado do Sudeste com áreas conexas e elementos estruturalmente muito próximos do Centro-Oeste e do Nordeste,

faz de Minas Gerais um ecossistema de transição entre diferentes imagens e formações sociais do Brasil. Essas múltiplas territorialidades são, ao mesmo tempo, variadas, mas coesas em torno de uma tradição cultural colonial à qual se soma o sonho republicano e o papel modernizador do Estado disseminado pelas searas do “Brasil profundo”².

Como escreveu Guimarães Rosa na revista *O Cruzeiro* em 1957: “Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.” (Guimarães Rosa, 2022). Minas se expressa, assim, como algum tipo de “brasilidade raiz” que, mesmo mitológica, estaria expressa ali. Há uma propensão a algum denominador comum e algum processamento de elementos que vêm de diversas partes, uma ressonância com esse mosaico heterogêneo de variadas paisagens sociodemográficas, socioeconômicas, sócio-históricas e estruturais de diferentes regiões. Sendo assim, a partir da análise da literatura e dos dados de resultados eleitorais ao longo dos anos, observamos que o cenário em Minas apresenta relativa proximidade com a ideia de um denominador comum, uma proxy da paisagem nacional mais agregada. Essa heterogeneidade interna, hipoteticamente, se relaciona a características estruturais do processo político. Dificilmente o Estado ocuparia algum extremo das polaridades nacionais. São tantos interesses e pontos de vista misturados que as eventuais hegemônias construídas externamente acabam diluídas em Minas Gerais, onde não se expressam com força vieses e hegemônias que se consolidam em outros Estados, pois muito dificilmente isso ocorreria num lócus de transição entre um ecossistema político e outro.

Em um território com tais características, é esperado que sua elite política se habitue a desempenhar um papel de mediação entre inclinações diversas, considerando um ecossistema político heterogêneo que pode se tornar especialmente dependente de acomodações internas. Talvez seja esta uma explicação cabível para a origem da propalada capacidade de acomodação e compromisso da política mineira, reconhecida por alguma moderação e capacidade de conciliação. Porém, essa visão do “fazer político mineiro” pode adotar sinal positivo ou sinal negativo, conforme a época e o intérprete. Ultimamente, tendo em vista a polarização e a crise política observada nos últimos anos, que afeta a ordem e os costumes democráticos no país, percebe-se certo saudosismo da moderação política associada aos mineiros, despertando uma valorização do diálogo na busca de projetos nacionais mais conciliadores. Ao olhar esse mosaico heterogêneo que é Minas Gerais, nota-se que suas elites historicamente foram empurradas para um vetor político com algum tipo de posição intermediária, de moderação, em contraposição ao cenário observado nos últimos dez anos, de uma decomposição dos quadros partidários e de sua resiliência, das críticas aos quadros institucionais, à

tradição política e à própria democracia no Brasil, sobretudo após os resultados eleitorais de 2018 - mas não apenas. Mesmo nesse cenário de crise, que também se refletiu no Estado - no governo estadual e na prefeitura da capital - observou-se que a política em Minas se manteve, comparativamente a vários dos demais entes federativos, menos virulenta e mais propensa a acomodações e a modulações.

Deve-se considerar que essa moderação atribuída a Minas Gerais não seria esperada numa terra de mineradores, ocupada há pouco mais de duzentos anos por aventureiros, descendentes de uma corrida do ouro que certamente se deu com a brutalidade típica desses processos, especialmente no contexto escravagista. É certo que um dos episódios mais icônicos da história de construção nacional ocorre em Minas, com a Inconfidência Mineira e a exemplar punição do Tiradentes. No entanto, já em 1822 Minas conformaria, com São Paulo e o Rio de Janeiro, o tripé de sustentação da Independência sob a liderança do príncipe regente D. Pedro. Desde então, salvo pela exceção da revolta liberal de 1842, as Gerais se tornaram, ao longo do tempo, um permanente condômino do núcleo duro do poder político no Brasil, lugar mítico literário, também, mas, sim, operacionalmente importante para o funcionamento da política institucional brasileira. Desde a proverbial política do “café com leite” que teria reunido mineiros e paulistas na condução da primeira república, até o nevrálgico e histórico papel de Tancredo Neves no processo de redemocratização e de estruturação dos pilares da Nova República e seu projeto constitucional. Mesmo após a relativa decadência, que tem tornado mais raros os flertes de Minas Gerais com a Presidência da República, sua centralidade geográfica e política se manifesta na frequência com que políticos do estado acabam alçados à vice-presidência: desde Juscelino Kubitschek (JK), eram mineiros todos os três vice-presidentes civis durante o regime militar de 1964 (José Maria Alkmin com Castello, Pedro Aleixo com Costa e Silva e Aureliano Chaves com Figueiredo) e dois dos quatro primeiros vice-presidentes de Nova República (Itamar Franco com Collor e José Alencar com Lula).

Daí a importância de compreender também a diferenciação conceitual entre o “país”, com suas estruturas políticas, institucionais, burocráticas; e a “sociedade”, que é muito mais complexa, plural e dinâmica. Relembrando Durkheim (1999): “Uma sociedade composta por uma poeira infinita de indivíduos desorganizados, que um Estado hipertrofiado se esforça por encerrar e conter, constitui uma verdadeira monstruosidade sociológica” (1999: 37). Daí a centralidade do tema da “formação” para se compreender o Brasil e suas dinâmicas históricas, políticas e, fundamentalmente, sociais (Schwarz, 2014). A formação social brasileira, compreendida de forma mais íntegra, plural e diversa, se reflete em Minas Gerais com mais intensidade e, paralelamente, com maior parcimônia do que em outros contextos. É um território em que se observou historicamente uma divisão mais plural no protagonismo de diferentes atores sociais - o Estado, a iniciativa privada, a agricultura, a

indústria, a sociedade civil, as igrejas – na liderança de seu processo formativo. Foi um processo marcado, logicamente, também pela violência, conexa às desigualdades, à exploração, à tomada das terras por atores que a legitimam como meio de produção de suas entradas, bandeiras, minas... gerais. Todavia, reitera-se que, ao longo do tempo, o ordenamento institucional diluiu os protagonismos entre diferentes atores e seus projetos político-sociais. Voltando ao tema da formação, e compreendendo o Brasil ainda neste processo, pode-se perceber uma sociedade ainda experimentando suas dores de crescimento. Embora se tenha configurado um país de fato, pode-se refletir em que medida se constituiu uma sociedade que se vê igual, paritária, e que compartilha um projeto (ou sonho) comum de desenvolvimento.

Essa paisagem, com as características plurais e protagonismos partilhados, tendeu a produzir um locus convidativo a um estilo político propenso a algum diálogo e norteado pela conciliação, ou antes à acomodação, de interesses e pautas diversas. Se a percepção corrente da política tende a depreciar a ideia do compromisso como se fosse algo ignóbil, como se todo mérito residisse numa afirmação de si presumivelmente autêntica; num lugar como Minas, talvez, as lideranças tendam a se afirmar sob a indução de alguma tolerância, da aceitação, consciente ou não, de que a convivência com o outro se fará por concessões, forçando acomodações para a manutenção da coexistência em uma mesma unidade política. De fato, apesar dos ventos contrários em nosso tempo, a abertura para o compromisso é uma obrigação de todo político. Sistemas políticos se assentam em compromissos. O arranjo político legitimador da base de apoio ultraconservadora do último governo descartou tais referências e apostou no inverso, na polarização, o que gera certa nostalgia de líderes políticos anteriores, como Tancredo Neves. Daí a evocação de Minas como algo simbólico, ainda que com suas contradições e fragmentações internas. Ou justamente por elas.

Era inevitável, claro, que a crise política do Brasil na última década se manifestasse também em Minas Gerais. Entretanto, não será descabido argumentar que os mesmos traços de deterioração da cena política nacional terão se manifestado, em Minas, com virulência comparativamente menor. Tanto o prefeito da capital eleito em 2016, quanto o governador, eleito em 2018, eram outsiders em relação ao sistema partidário, surfando no perfil “antipolítico” do tempo. O primeiro: um empreiteiro, dirigente de clube de futebol. O segundo: herdeiro de uma rede varejista que se apresenta como opção local para o eleitor de Bolsonaro. Todavia, Kalil (Prefeito) surpreendentemente abraçou embates legados por antecessores à esquerda, como o Plano Diretor de Belo Horizonte (BH), para depois fazer enfrentamento aberto e contraposição ostensiva ao negacionismo do governo federal durante a pandemia. Zema (Governador) abraçou o repertório pró-mercados que, corrosivo que seja, é corriqueiro mundo afora. Manteve-se, sobretudo num primeiro momento, distante de retórica autoritária ou intolerante mais virulenta, frequente no período em outros estados. Mais “mineirinho”, não faltará quem diga.

Não que isso seja decorrência direta de algum atributo intrínseco ou preparo específico das elites políticas mineiras. Com frequência, seus quadros são medíocres, como é natural. Mas nosso olhar se dirige aos atributos de um ambiente político que, em alguma medida, dá proeminência a lideranças que são capazes de acomodar múltiplos interesses debaixo de algum guarda-chuva político e assim conseguir produzir uma carreira mais longa, tendendo a selecionar centristas propensos à acomodação política. Não se vê nesse contexto tal atributo como problema, mas como vantagem: é também este um papel crucial da política.

Minas encarna assim, especialmente perante os “estrangeiros”, aquele fiel da balança pessedista que, num mundo ainda hoje repleto de udenistas e petebistas, muitos prefeririam ver superado, mas que trouxe sua marca em siglas como o MDB e, talvez, no futuro, o novo PSD, que claramente almeja esse papel. Os termos da atual clivagem predominante em Minas não deixam de acenar com algo que poderá vir a ser uma polarização sustentável a médio prazo na política brasileira, se ela puder ser normalizada no futuro próximo. O processo político iniciado em 2013 e aprofundado em suas polarizações em 2014 estendeu-se adiante com consequências sócio-políticas trágicas. 2014 foi uma eleição que o país não soube viver, tanto que depois não conseguiu sustentar seus resultados. A dinâmica política vivia uma metamorfose.

Desde 2013, algo se rompera. Como se observou também em outras partes do mundo na última década, manifestações de grandes dimensões se disseminaram a partir de fagulhas com pequeno alcance aparente: passe livre, Copa do Mundo, Olimpíadas. Operação Lava-Jato com as velas enfunadas pelo entusiasmo da imprensa e a omissão inicial do Supremo Tribunal Federal (STF), e a pauta gravitou rumo a um impeachment. Não vivemos esses momentos dramáticos sozinhos. O mundo assiste à ascensão de líderes autoritários, populistas, da Hungria à América Latina - passando, de modo inusitado, até pelos Estados Unidos. O populismo agora se vale de meios mais pulverizados e muito menos institucionais, com a entrada poderosa da internet, fragmentadora das pautas políticas em identidades cada vez mais pulverizadas. Quando, via Obama, descentraliza-se a captação de recursos de campanha em larga escala a partir de doações individuais de pequenos valores, parece haver um avanço. Todavia, a Suprema Corte americana logo depois, já em 2010, neutraliza tal efeito ao declarar inconstitucional a imposição de qualquer teto à doação por empresas, jogando contra a descentralização das fontes. Desde então, o número de doadores voltou a cair, e os valores médios por doação voltaram a crescer.

Mais grave foi a produção de uma imensa cacofonia nos discursos e, sobretudo, a desautorização das mediações. Fomos lembrados, de uma forma muito dura, que precisamos de mediações institucionais, organizadas, reguladas e responsáveis, tanto pela imprensa, quanto, sobretudo, pelo associativismo civil, o que inclui partidos, sindicatos e todos tipo de associação intermediária em que se apoiará uma democracia liberal, segundo o

argumento pluralista: a arte da associação, como pontuou Tocqueville já há quase duzentos anos (Wallace, 2020). O que separa sociedade de massa, potencialmente totalitária, da sociedade liberal democrática é a organização da disputa política, a organização popular, o associativismo civil, em suma, a arte da associação toquevilliana (Tocqueville, 2005). Foram esses processos que estruturaram as democracias, a disputa política, a estabilidade institucional das sociedades modernas que mais se desenvolveram nos séculos XIX e XX.

O problema é que isso, talvez, tenha se tornado tecnologicamente obsoleto e essas organizações nunca mais venham a recuperar a força que já tiveram, bem como o efeito estruturante que já exerceram sobre a política. O jogo tornou-se massificado, direto, independente de organizações mediadoras: política de massas, tal como referida em meados do século XX (Kornhauser, 1959). Uma ironia importante é que a ênfase na mediação e na necessidade de organização autônoma como fiadora de compromissos e concessões mútuas em um sistema representativo tendeu a associar-se a certa literatura pluralista, tida como conservadora em certos circuitos. Boa parte da esquerda atravessou o século XX fazendo o elogio da ação direta e horizontal, desqualificando a mediação via partidos e representantes políticos. Concretamente, porém, a ação política de esquerda, sobretudo onde conquistas redistributivas efetivamente se produziram, foi sempre fortemente mediada: partidos, sindicatos, parlamentos com poder de veto. Onde se viabiliza, por exemplo, o repertório de políticas potencialmente desconcentradoras de renda, próprias ao keynesianismo? Onde há um ambiente político-institucional suficientemente complexo para que organizações variadas sejam capazes de exercer veto recíproco e forçar concessões, negociar, tornar compulsório o diálogo. Neste momento, quando está tudo se desmanchando no ar, parece que qualquer agenda, mesmo frouxamente articulada, pode passar.

A mobilização de paixões, invariavelmente paixões tristes, produz opiniões e movimentos pouco refletidos ou informados, tal como se observou no plebiscito que aprovou o Brexit. Aparece a decomposição daquela tessitura de filiações múltiplas que sustentam uma sociedade plural para dar vez a um nivelamento arbitrário de qualquer discurso: “agora nós somos todos iguais e nossas falas (‘nossas verdades’) são igualmente capazes de decidir o futuro coletivo”. Produz-se um jogo com vieses próprios, onde quem realmente consegue atuar com eficácia em escala nacional e internacional é quem controla a voz e, sobretudo, a atenção. Estamos em processo de desorganização, de desestruturação da cena pública, com consequências ainda imprevisíveis. As pautas são fragmentadas, baseadas em identidades que se multiplicam e se decompõem, deixando pouco espaço para compromissos duradouros. Movimentos sociais, de caráter mais geral e macro, se desdobraram em coletivos que apresentam pautas voltadas para grupos de interesses pulverizados. Maiorias políticas parecem voláteis e menos inteligíveis em termos programáticos, uma vez que objetivos gerais são vistos com desconfiança. O processo

de atomização e individuação que teve início na pós-modernidade (Gitlin, 2022) se completa e aprofunda nas redes sociais, formadas por um intrincado emaranhado de “bolhas” alimentadas por “influencers”, mais ou menos profissionalizados. Negacionismos arbitrários desafiam orgulhosamente o conhecimento científico disponível e o debate público vai-se dissolvendo em infinitas camadas de desinformação produzida e alavancada por pseudo-analistas-instantâneos. Estamos nos desorganizando, e o que emerge não é alguma nova forma de democracia direta, muito menos uma política aristotélica sob novas bases, mas o contrário: um jogo muito mais pilotado de cima, e com reforçada preeminência de grandes atores privados. As sociedades foram lançadas a esse novo ambiente político, nacional e internacionalmente, ao longo das duas últimas décadas, a partir de movimentos sociais como a “Primavera Árabe”, *Occupy Wall Street* e outros.

No entanto, a política no Estado moderno não tem como funcionar sem mediações. A fantasia de equidade e horizontalidade, ambiente em que que cada voz se faria ouvir, na prática conduz a uma pulverização nas redes sociais de pequenos grupos encastelados em bolhas, protegidas por sigilo e anonimato, que acabaram por lançar as sociedades em um processo muito mais autoritário, favorecido por uma lógica de superioridade moral. Os operadores que alimentam a polarização através de disputas travadas nas mídias sociais obtêm adesão menos por conversa tolerante e construtiva, e muito mais pelo ataque e a desqualificação agressiva dos adversários. Sem dúvida, a esfera pública técnico-midiatizada se tornou elemento central para compreender as práticas políticas na sociedade contemporânea que são marcadas por leituras individualistas e morais de problemas coletivos (Pierucci, 1990; Miskolci, 2021; Mounk, 2023)

Se de um lado a adesão às redes sociais proporciona sua capitalização na forma de trocas comerciais em que os dados do usuário representam um dos capitais mais valiosos neste novo mercado, uma vez que proporciona o direcionamento do marketing em função das características mais específicas e privadas de cada usuário (o que tem imenso valor comercial), de outro lado cabe reiterar que a atenção, o engajamento, o tempo gasto em cada aplicativo, constituem o principal valor dado por cada indivíduo, descrito aqui como usuário, às plataformas digitais. Quanto mais tempo uma plataforma digital tem a atenção de cada indivíduo, mais ela opera a mediação desses indivíduos com o mundo. A preocupação humeana com as fontes de credulidade se mostra atual e seus riscos sociais se exacerbam exponencialmente neste contexto (Hume, 1896). O acesso à informação, a interpretação (ainda mediada) dos fatos de maior interesse, a perspectiva sob a qual a realidade social é observada e mesmo as alternativas de consumo e uma série de elementos para as tomadas de decisão do cotidiano e da Democracia são processadas, dia após dia, por plataformas digitais acessadas, em geral, de maneira imediata e breve através do smartphone pessoal.

A esfera pública técnico-mediatizada opera refém de plataformas digitais que se colocam tanto como fonte cada vez mais incontornável de credulidade, onde o carisma é a forma mais sedutora e prática de se obter adesão, influência e poder, quanto como a própria plataforma de narrativas que agradam seus usuários. Não importa o que é verdade ou factual. Não importa a perspectiva ideológica, ou o populismo, ou a promoção autocrática. Importa ser porta-voz dos discursos que geram maior engajamento, ou seja, tê-los disponíveis para entregar aos usuários em troca de sua atenção, de seu tempo, de sua fidelidade semi-inconsciente.

De outro lado, mediações tradicionais são colocadas à margem. Tanto mediações clássicas da institucionalidade moderna, como os partidos políticos e a imprensa, como mediações tradicionais clássicas da moralidade, como as igrejas tradicionais e as famílias, estão sob ataque. São posições históricas de liderança ao longo da estruturação da modernidade, tanto pelo discurso racional-legal quanto pela tradição. No ambiente político brasileiro, essas mediações sociais sempre encontraram em Minas Gerais um espaço histórico estratégico para o desempenho de seu papel social e político. “*Cê é fi di quem?*” – frase muito comum nas urbanidades mineiras – representa mais do que mera curiosidade paroquial. Representa uma forma de se localizar alguém histórica e socialmente, incluindo marcações político-ideológicas, perspectivas axiológicas sobre as atitudes sociais, entre outras. Jornais locais e rádios (por vezes, faculdades), mesmo em pequenas cidades, sempre foram objeto de disputa e controle político (familiar: das famílias políticas tradicionais). Trata-se de uma forma tradicional de controle simbólico que tem certamente seus males, e só a contragosto consente com o contraditório. Mas, conservadoramente, sinaliza canais reconhecíveis de mediação e - para o mal e para o bem - evita a deriva errática, própria dos arroubos demagógicos.

Todavia, muitas dessas formas tradicionais e racionais de liderança e mediação social estão em xeque e sob ataque das novas formas de adesão carismática disponibilizadas e catapultadas pelas plataformas digitais. Trata-se de um novo jogo, mas com mediações bem mais frouxas, menos visíveis e com ainda menos controles externos do que antes. Os resultados têm sido decepcionantes. Igrejas tradicionais são deslocadas por novas narrativas religiosas que excluem a hierarquia e a tradição – importa o presente e a narrativa tradicional passa a ser agora interpretada sob o viés do adepto, fiel, usuário. Ironicamente, o controle sobre a conduta do fiel parece se tornar mais rígido, e não menos. Tem-se uma apropriação do histórico religioso para moldá-lo em função dos interesses, desejos e necessidades de escuta dos usuários – em troca de sua atenção, fidelidade e também díizimos. As famílias, outra instituição tradicional clássica, também se vê afetada pelos novos arranjos modernos e sua capacidade de aglutinação. O “almoço de domingo”, as festas de final de ano, os conselhos da matriarca ou patriarca (em geral, a avó e/ou o avô em idade avançada), os acordos de mútua ajuda e mesmo investimento conjunto e tantas outras formas tradicionais de articulação

coletiva em torno de um núcleo família se viram nas últimas décadas rumando à extinção. As famílias se fragmentaram. Os espaços tradicionais de convivência escassearam. A função mediadora que o núcleo familiar permitia modular se torna, década após década, mais frágil, em detrimento de outras fontes de credulidade e sociabilidade externas à família. Incluído, naturalmente, o mercado.

Os partidos políticos e a imprensa, instituições moldadas pela racionalidade moderna, também se vêem, especialmente na última década, sob ataque e experimentando adesão e prestígio cada vez menores. A construção de lideranças históricas, figuras de referência que ascendem gradualmente aos papéis políticos centrais, dá lugar ao discurso rápido e inflamado de lideranças carismáticas catapultadas ao palanque digital de forma quase instantânea – para isso importa produzir engajamento, seja qual for o conteúdo ou o método. Embora alguns limites éticos sejam impostos, referem-se apenas a conteúdos extremos (pedofilia, pornografia, cenas de violência extrema e similares) – ainda assim, algumas vezes somente depois de serem denunciados. Para todo o resto, parecem inexistir mediações ou filtros: vale tudo! Com a adesão cada vez maior ao tempo entregue a plataformas digitais, partidos e imprensa também se viram impelidos a disputar esta dinâmica. Todavia, ao invés de controlarem a fala e a mediação, se veem sob o controle algorítmico das plataformas, reduzidos a mediadores coadjuvantes.

Retomando o argumento inicial, observa-se algo inverso da tradição moderna e ainda mais estranho à tradição mineira. A política mineira se joga no bastidor. Dessa maneira, não se traz à pauta um problema sem que já tenha sido iniciada alguma concertação em torno dele. Aécio Neves pareceu jogar bem essa mediação enquanto ocupou o governo de Minas Gerais, embora não tenha conseguido manter essa postura adiante, na hora decisiva. Cabe questionar se não seria também esse acirramento dos políticos mineiros mais uma evidência das mudanças no fazer político que, a partir da primeira década do século XXI, se estabelecem como disputa encarniçada nas mídias sociais. Personagens populares e populistas se lançaram à conquista do espaço público com narrativas de cunho ético-moral voltadas para a destruição de personalidades, com as atenções voltadas para disputas morais que têm foco individualizado e visam à destruição da pessoa e de sua biografia.

Diante da cooptação do público pelo privado, da política partidária pelos influenciadores que se dedicam à prática de ataques personalizados, novos atores são necessários para representar papéis que talvez não fossem tão raros há uma década. Alguém que se proponha ao diálogo, alguém que se coloque na intermediação em busca de acordos, alguém que compreenda o bastidor como salvaguarda contra a violência, para que a eventual superação da Nova República não represente a entrada num estado patrimonial-fundamentalista-neoeclesial-TikToker. Além disso, o acesso direto de uma liderança periférica ao centro do poder e seu dinheiro, desprovida dos compromissos político-partidários que antes a lastreavam, é sempre muito tentador e

proporcionalmente perigoso. Isso se fez sem organização, sem discurso programático, sem agenda, apenas apelo destrutivo contra o status quo. São necessários novos atores, mas que compreendam as responsabilidades de tolerância implicadas na liderança política de uma sociedade plural. Mineiramente: “Como um Tancredo se forma?”. No caso, terá sido por longa imersão no ambiente político, incluindo o trauma de assistir de perto ao suicídio de um presidente. São histórias e trajetórias longevas, de aprendizado gradual e formação forjada a muito diálogo, paciência, argumentação, plasticidade, adaptabilidade e perspectiva histórica: “política como vocação”, com sua “perfuração lenta de tábuas duras”.

MINAS E O MUNDO

Esse esvaziamento do centro político não é privilégio do Brasil e, infelizmente, se estende ao cenário internacional. O crescimento econômico do Oriente (principalmente China e Índia) associa-se no Ocidente à desindustrialização, ao desemprego estrutural e ao refluxo da agenda social-democrata de matriz keynesiana – que se mostrara sustentável em períodos de afluência, por toda uma geração, com a incorporação de novas camadas sociais à economia produtiva e às classes médias. Ideais universalistas sofrem com ataque especulativo de grupos de interesses, que cumprem a profecia dos analistas da pós-modernidade (Schindler, 2023), colocando em marcha o processo de fragmentação do sujeito social. Também a política parece se aliar a essa lógica de consumo – fragmentada em pautas circunscritas a interesses imediatos de grupos voláteis, independentes de lastro organizacional estável.

As gerações hoje denominadas “Boomers” e “Geração X” vivenciaram um período de reconstrução democrática que sucedeu a longa ditadura militar brasileira (1964-1985). Anistia, Diretas Já, Constituição de 1988, impeachment de Collor, o Plano Real, eventos que acalentaram a crença e o sonho de que o Brasil poderia ser diferente e que caminhava para uma vida social mais próspera, mais livre e mais democrática. Mas o que se percebe hoje é que as gerações mais jovens, chamadas “Millenium” e “Geração Z” parecem não ter mais tanta esperança na afluência, crescimento, mobilidade social ascendente. Ao contrário, compartilham a insegurança e o temor por um mundo marcado por crises climáticas, econômicas e sociais, embaladas por sociedades cada vez mais cindidas por extremismos religiosos e políticos. Estado de Bem-estar Social, Direitos Humanos, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), estão sob ataque constante de agentes posicionados em todo o espectro político. Sobretudo pela direita, mas ocasionalmente também pela esquerda, os valores universais sofrem ataque constante e sistemático, sob a alegação de que beneficiam as elites. É fato que elites econômicas são quase sempre as maiores beneficiárias das riquezas e benesses promovidas pelas sociedades ocidentais. No entanto, a mudança política que vem destruindo o estado de bem-estar social e as políticas

públicas universais tem gerado sociedades ainda mais desiguais. As evidências de crescimento da desigualdade na distribuição de riqueza, tanto inter quanto intra nações, assim como a diminuição das oportunidades de ascensão social estão muito bem documentadas em pesquisas extensas (Piketty, 2020)

Desse modo, trata-se de um fenômeno global, marcado pela crise do Ocidente de seu modelo baseado na democracia representativa e no liberalismo econômico e social. A agenda entrou em crise, como recorda Jackson (2018) em sua análise das sensações de perda. Grupos antes privilegiados (brancos, homens, colonizadores *et al*) veem outros grupos em inserção e mobilidade social (mulheres, negros e pardos, imigrantes *et al*) e a distância socioeconômica entre tais grupos se torna cada vez menor em relação à experiência de seus pais, avós e sua ascendência mais antiga. São grupos que sentem “perdas relativas” e se agarram a visões tradicionalistas, reacionárias, a discursos conservadores. O modelo das democracias ocidentais, que nunca se completou totalmente, foi perpassado por desigualdades sociais que geraram diferentes categorias de cidadãos. No entanto, parece não haver uma proposta de modelo para substituí-lo. O que se observa são propostas fragmentadas, lutas midiáticas por vantagens de grupos cada vez mais pulverizados em seus interesses. Nada junta, nada conecta, nada é universalizante nas práticas políticas desta segunda década do século XXI.

Em meio a tudo isso, observa-se a degradação gradual das democracias ocidentais e suas instituições estruturantes. O Ocidente, de certa forma, deteriorou e degradou suas democracias. Cobra-se democracia de outrem, quando não se consegue entregar sequer respostas adequadas à pandemia. Chegamos ao ponto de identificar discursos que argumentavam que o liberalismo impediu o combate eficaz da pandemia no Ocidente como teria ocorrido nas autocracias vigentes em outros lados. É muito mais complicado do que isso, levando em consideração que Austrália, Nova Zelândia e Taiwan foram bem-sucedidos no controle da crise sanitária, assim como o Vietnã. A questão é que o Ocidente deslegitimou em boa medida, nos últimos 40 anos, todo o repertório de instituições e de rotinas perfeitamente compatíveis com um liberalismo bem compreendido, que incorporava representações e mediações institucionais, garantido um sistema de pesos e contrapesos, tal como elaborado por Tocqueville, Stuart Mill, entre outros, em nome de uma concepção hobbesiana de liberdade (Manioudis, 2022). O argumento exacerbado do “cada um por si”, “eu sou livre e faço o que quero”, “eu sou livre para andar armado”, “eu sou livre para não me vacinar” e todos os discursos similares, mostra tal degradação. As inconseqüências da ação individual, sem qualquer responsabilidade coletiva, tornaram-se a afirmação do que é tido como “ser liberal” – ainda que seja seu oposto. O processo de atomização e individuação do agente está completo (Van Dyk, 2022).

Há uma fraude no argumento, derivada da reivindicação, ou da apropriação irresponsável, do slogan da liberdade, numa matriz profundamente autoritária, em nome do liberalismo. O que o Ocidente impetrou nos últimos

40 anos é mais próximo de uma apropriação autoritária de raiz hobbesiana da ideia da Liberdade, na expressão sem peias da vontade individual, no silêncio da lei. A pergunta liberal básica (Como serem todos livres ao mesmo tempo?) teve resposta kantiana: eu obedeço às máximas que gostaria de ver universalizadas. Qual seria então a obrigação do Estado Liberal? Sistematizar e assegurar uma legislação compatível com essa liberdade coletivamente acordada, o que naturalmente implica a obrigação comezinha de impor a disciplina necessária para as pessoas não morrerem em uma pandemia.

Isso tudo é perfeitamente liberal. O que deixa de ser liberal é o auto-proclamado liberalismo dos últimos 50 anos, pois ele é intolerante, autoritário, dogmático e, no limite, incapacita o Estado. A isso se soma a política do ressentimento. No Brasil, por razões mais especificamente conjunturais da última década, um colapso econômico grave conduziu à piora das condições de vida que haviam pensadamente melhorado na década anterior. No norte global, uma perda progressiva da capacidade operacional dos estados nacionais ao longo de 40 anos (no caso da Europa, associada também ao Euro) comprometeu a eficácia de vários sistemas de proteção social, reduzindo a adesão à institucionalidade política democrática. Difunde-se sentimento crescente de privação relativa, comparativamente aos períodos anteriores de afluência. A expectativa de vida começa a cair, o desemprego sobe, as expectativas de mobilidade regridem...

Produz-se um deslocamento político. A esquerda tende a ser responsabilizada por sua dificuldade em dar respostas, mas de fato não há respostas fáceis. Há um novo enquadramento de muitas das principais agendas regulatórias, que é até tecnologicamente condicionado. Uma erosão de fronteiras que dificulta a capacidade operacional dos estados nacionais, mas junto disso também está a deterioração da capacidade fiscal do Estado, que é deslegitimado, corroído permanentemente como espúrio, potencialmente autoritário, e tudo que é individual ou privado passa a ter uma legitimidade superior. Associou-se o Estado à corrupção, mas as aparentes soluções acabam por aumentar o risco potencial de sua predação, bem como da captura de seus ativos políticos, patrimoniais e até simbólicos por interesses privados organizados para tal. É uma clara ingenuidade imaginar que a corrupção é um pecado exclusivo do Estado. Aceitou-se um argumento que afirma a 'natureza' corrupta do Estado, que é cética em relação à liberdade exercida na esfera pública, mantida e sustentada pela ordem política. Do outro lado, há a afirmação de uma liberdade exacerbada, só passível de ser exercida individualmente, para realização de vontades pessoais ou de pequenos grupos, que, pelo menos desde Kant, ou mesmo desde Locke, sabemos que não é liberdade.

A grande mistificação ideológica dos últimos 40 anos, uma fraude ideológica reivindicada pelo centro do capitalismo, é a redefinição do liberalismo como essa concepção ultra-individualista da liberdade, que sequer se volta à defesa do mercado em si, mas ao ataque ao Estado. Tudo bem se houver

monopólio em um setor, desde que seja privado. Vide a mineração... Não são mais relevantes, nesse enquadramento, os pilares liberais clássicos, como a concorrência, ou direitos e garantias fundamentais a cada indivíduo. Advoga-se um jogo bruto, assimétrico, profundamente autoritário em suas implicações políticas, enfraquecendo o Estado e o sistema político em sua autonomia pública perante os interesses privados mais poderosos. Pela redução do repertório que certa literatura dos anos 1960 chamou de “capabilities” do sistema político, poderíamos concluir que se observa no Ocidente uma regressão do processo que então se chamava de “desenvolvimento político”.

O Estado hoje é capaz de entregar menos coisas do que já entregou antes, inclusive do ponto de vista da ordem. Também na América Latina, mas mesmo em lugares como os Estados Unidos, milícias ganham proeminência, porque há contratantes privados aptos e dispostos a operar com violência sem necessidade de mobilizar a institucionalidade estatal. As mídias sociais ganham proeminência sobre fontes oficiais. Influencers se sobrepõem a especialistas – não há necessidade de produção de evidências quando sobra legitimidade nas narrativas que recebem maior número de “likes” e compartilhamentos. Financiadores privados ganham ascendência sobre partidos. Assiste-se a uma degradação da capacidade operacional autônoma do Estado. Vá lá se isso pelo menos se fizesse como efetiva desconcentração de poder rumo ao *demos*, mas de fato se produz um contexto em que o poder público fica menos controlável em termos institucionais, e mais cativo que antes junto a interesses específicos, nem sempre de forma transparente e devidamente subordinada a procedimentos formais.

Em períodos de crise, esse desgaste fica mais evidente. A riqueza gradualmente se direcionou para o Pacífico, onde o crescimento econômico ocorreu independente de qualquer democratização. O Brasil operou nesse contexto de 1992 até 2012 quase miraculosamente, mas a frágil base democrática e liberal que vinha sendo construída foi abalada pela ausência de uma articulação da multiplicidade de pautas e demandas dos variados grupos de pressão em torno de uma agenda mais geral, pública e, por que não, universal. Essa multiplicidade acabou por alcançar as redes sociais e as ruas de modo desestabilizador em 2013. Faltou a capacidade de agregar desejos e urgências de grupos minoritários a um projeto nacional, naquele momento faltaram atores políticos capazes de produzir sinergia na hora crítica. Mas a questão que cabe responder: “É possível produzir sinergia em meio à cacofonia gerada pela tecnologia midiática que atravessa o campo político de ponta a ponta?” Se adotarmos uma lente ainda mais focada, é possível questionar se haverá ainda atores políticos capazes de mediação, diálogo e concertação nacional diante dessa miríade de influenciadores, agenciadores de si, promotores de narrativas e pós-verdades, todas isentas da necessidade de produção de evidências. Cancelamentos, tretas, lacrações... como construir solidariedade e coesão social, no campo de batalhas da internet, marcado por combates invariavelmente autofágicos?

Diante dessas transformações, à geração que viu nascer a Nova República, restou juntar os cacos. Ela dificilmente verá uma nova ordem maturar em seu tempo de vida, especialmente do ponto de vista de algum projeto nacional. A própria dependência frente ao capital financeiro é absolutamente flutuante e impõe a impossibilidade de uma agenda para desenvolvimento social sustentável (Scalon & Salata, 2021), que se faz em longo prazo. A deterioração da política relaciona-se à desconstrução do trabalho organizado, à transição de uma economia de produção para uma economia do consumo ou, ainda, ao que os publicitários denominam de economia do desejo; à diminuição do associativismo, à fragmentação dos grupos de interesse, enfim, à perda de tessitura na sociedade – o que se reflete no Estado representativo e na ordem democrática.

Neste aspecto, deve-se destacar um elemento central na política: o discurso. Para se construir o diálogo, são necessárias palavras, argumentos, estórias. Neste mesmo processo de desconstrução do trabalho organizado, de fragilização da tessitura social, uma das mais severas desconstruções foi a desconstrução de estórias caras ao Brasil, caras ao Estado e caras à política. As estórias ligadas aos partidos e seu papel institucional, deixadas de lado em favor de visões rasas, imediatas, pontuais, que colam a corrupção à essência dos partidos tradicionais.

De um lado, o ator político se apresenta como “fora da política”, criticando “tudo que está estabelecido” e, de outro lado, identificando a corrupção como obra exclusiva daqueles que estão no campo político oposto. Constrói-se a narrativa de que as políticas universalistas são injustas, ora por beneficiarem “quem não trabalha”, pois quem trabalha não precisa de política nem do Estado – como se fosse sequer possível -, ora porque beneficiam elites e não alcançam minorias e grupos menos privilegiados. Narrativas centrais à Democracia passaram a ser atacadas e desconstruídas, para serem colocadas no limbo com naturalidade e irresponsabilidade absolutas. Como reconstruí-las depois?

Numa cultura em que o futebol passou a estar presente em diversos conteúdos e metáforas, há também outra que se deve recordar: a conversão da política como vocação e institucionalidade, como construção coletiva, por vezes, histórica e “dolorida”; que passa a ser descrita como “o jogo político”, com adversários, vitoriosos e derrotados, em que o cidadão comum é cada vez mais visto e mais se vê como mero espectador de uma partida já perdida por 7 a 1. Neste cenário, importa apenas se sentir vitorioso, vencedor, derrotando ou, de preferência, aniquilando o adversário, vizinho, desafeto, o “diferente”. O adversário deve ser expulso de campo, execrado, ter sua biografia destruída e sua vida, pública e privada, irremediavelmente desconcertada. As narrativas tornam-se cada vez mais maniqueístas e rasas. E se determinado líder / “técnico” não está fazendo meu time (espectro ideológico) vencer, importa trocar de técnico por qualquer outro que entregue vitórias, ainda que pratique o anti-jogo. Este raciocínio futebolístico, raso e imediato, seria compreensível num brevíssimo interstício. Todavia, esta desconstrução de

argumentos e de possibilidades de diálogo torna sua reconstrução muito difícil, uma costura hercúlea, já que não existe diálogo entre “diferentes”, não há conexão entre as bolhas. Transpor essa distância entre as bolhas que, com o passar do tempo, vem se transformando em abismo, demanda palavras, discursos, argumentos, falas e seus respectivos intérpretes; como dito em “mineirês”: carece de muita prosa, muitos causos. Serão necessárias rosas e cravos (lusitanos). Em algum momento precisaremos de cravos para desarmar, não só a arma física, mas também nossas almas e gestos cotidianos e civilizatórios. Precisamos hoje voltar à civilidade e para isso é preciso reconstruí-la também a partir do campo simbólico, cultural, imaginário – como bem definiu Castoriadis (1987) em sua obra.

Ao olhar o cenário internacional, não há razão para esperar o arrefecimento desta dinâmica. Existe uma oportunidade política real e tecnologicamente favorecida no flaqueamento dos status quo institucional e do sistema. Ainda que se possa nutrir a esperança de que a experiência recente represente um trauma suficiente para parcelas significativas da sociedade reverem suas posições e seu comportamento, o contrário também pode ocorrer: o acirramento das polarizações pelo acesso mais rápido, direto e fácil às posições de poder pela ativação imediata dos impulsos de cada pessoa em seu celular.

No caso do Brasil, neste momento, há uma coalizão vitoriosa mais à esquerda. É um amálgama que se mostra mais progressista em sua agenda de costumes e suas pautas sociais. No entanto, é institucionalmente conservador: aglutina-se em torno da defesa da constituição, da ordem institucional, da urna eletrônica, do multilateralismo internacional etc. Do outro lado, há uma retórica mais estridente ao encarnar conteúdos simbólicos apropriados de maneira maniqueísta, artificial e simplificadora, que nem se aproxima da complexidade dos problemas reais num esforço de se aproximar sempre do raciocínio mais raso, imediato e de fácil adesão – o debate político segue no tom de conversa de mesa de bar. Uma retórica que apresenta um conteúdo simbólico nítido, convoca a população a tomar um lado e não tem nenhuma preocupação institucional ou histórica – quer apenas vencer e se apropriar do poder estatal - ou pelo menos monetizar-se arrastando “likes”.

Como as organizações que mediavam e filtravam as pressões no arranjo pluralista, da segunda metade do século XX, podem sobreviver? Essas organizações experimentam hoje um recuo. Estão erodidas, sob ataque, dando sinais de obsolescência. Estão fragilizadas tanto por sua deslegitimação na retórica do Estado Mínimo, de um lado, quanto, no outro lado, pela capacidade propiciada pelos avanços tecnológicos que nós mesmos usamos todo dia, onde quer que a gente esteja, com a qual nos acostumamos a ter acesso à informação - e a reagir instantaneamente a ela. Quem vai passar a dedicar sua vida a uma militância, a uma organização institucionalizada, atravessando noites em reunião, para comprometer-se com pautas específicas, a partir de uma associação de interesse (mesmo as identitárias); quando é possível você ir para o YouTube ou outra plataforma e falar o que quiser, se vendo e sendo

visto de maneira equalizada, porta-voz de um discurso maniqueísta que é, além de tudo, rentabilizado pelas plataformas, e ainda acena com a perspectiva de captar milhões de votos no próximo pleito eleitoral? A competição tornou-se muito desleal. O jogo é outro.

Uma interpretação possível, e talvez necessária, é que a sociedade mergulhou em um problema estrutural que não estava sequer imaginando. Entramos em um imbróglio com as sucessivas crises liberais. Embora se fale muito em privacidade online, o oposto é mais central. Talvez só se possa educar esse ecossistema quando não for mais possível o anonimato irresponsável nas redes. Acordamos tardiamente para este cenário. Todo debate público sempre supôs a responsabilidade por seu conteúdo e suas consequências, previstas ou não, intencionais ou perversas – é preciso ter o registro e a responsabilização pela autoria e pela veiculação. De outro lado, cruza-se um ponto sem retorno: atravessa-se o Rubicão ciente de suas intenções, interesses e responsabilidades. O discurso hegemônico preconiza a privacidade por razões óbvias. As BigTechs trabalham na direção de facilitar a participação anônima em stories, vídeos curtos, frases de efeito e inflamatórias para as redes de seguidores como forma de garantir um fluxo publicitário eficaz. Este cenário elabora um enredo de uma narrativa trágica que tende a acabar em catástrofe. O que se segue à catástrofe? Quando morrem milhões de pessoas e não há mais volta, redescobre-se a centralidade institucional e senta-se à mesa para dialogar e acordar algum novo Bretton Woods. Para depois, reconstruída a sensação de segurança, tais acordos serem novamente desrespeitados, esvaziados e abandonados até se chegar a tal ponto que a tragédia se repete: o confronto com o colapso.

Os ataques ao Estado, em grande parte derivados da falsa e enganosa compreensão do argumento liberal (ou seu uso perverso), trazem consigo o esvaziamento da agenda do bem-estar social. As razões de Estado perderam centralidade. Quando há uma oportunidade de influência, de negócios, de contrato, os interesses privados e imediatos se sobrepõem. Depois da catástrofe, as mesmas forças se reaglutinam em alguma reconstrução coordenada a partir de um centro de poder. Reinstalada a sensação de segurança, as gerações seguintes irão encarregar-se de dismantelar o legado. No atual ciclo desorganizador, passamos a uma hiper individualização – o argumento da “mão invisível” ressuscitado em sua hipérbole, como se já não conhecêssemos suas limitações e os paradoxos em que se enreda. As sociedades ocidentais caminharam na direção de enxergar no indivíduo uma forma hiperbólica de sua síntese, quando na verdade trata-se de sua antípoda. Foi a partir de Hobbes, mas inteiramente voltada contra ele, que se edificou a filosofia política liberal.

Nas últimas décadas, deslegitimaram-se as razões de Estado através de discursos que o reduziram às suas limitações: “a burocracia é algo ineficiente e suspeito por definição”, “o Estado é opressivo em si” e por aí vai. Ao aceitar esse enquadramento, deslegitima-se um conjunto de instrumentos

indispensáveis de coordenação, de provisão de soluções para problemas de ação coletiva. Problemas que alguma coordenação superior precisa evitar passam a ser negligenciados ou abertamente ignorados. Equilíbrios sub-ótimos não cooperativos passam a ser aceitos e o “anarco-capitalismo” surge como solução, sem nunca sequer ter qualquer validação teórica, empírica ou factual – o mero discurso, sempre bem financiado, acaba sendo suficiente.

A própria dinâmica política norte-americana se vê fragilizada. Tal processo de deslegitimação mostrou-se destrutivo: basta ver os shutdowns do governo americano, o jogo de soma zero que se tornou o Congresso nas últimas décadas. Os Estados Unidos têm perdido sua capacidade de administrar a própria ordem – interna e internacional – construída por eles mesmos. Mesmo em seu território, as BigTechs tornaram-se um fator de desestabilização da ordem que lhes permitiu surgir. Há pouco espaço para um esforço mais geral, um projeto nacional. Neste cenário, a China, enquanto sobrevive aos arranjos do partido e suas possibilidades de planejamento de longo prazo, obtém vantagens que aumentam a crise no Ocidente, também por serem capazes de operar um nível superior de coordenação interna. Países que aspiram ao ideal democrático farão bem em não abrir mão dessa possibilidade: cautela, compromisso, coordenação mútua.

Disse que o mineiro não crê demasiado na ação objetiva; mas, com isso, não se anula. Só que mineiro não se move de graça. Ele permanece e conserva. Ele espia, indaga, protela ou palia, se sopita, tolera, remancheia, perrengueia, sorri, escapole, se retarda, faz véspera, tempera, cala a boca, matuta, distorce, engambela, pauteia, se prepara. Mas, sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz. Sempre assim foi. Ares e modos. Assim seja (Guimarães Rosa, 1957).

Não seria o momento de repensar o ritmo e os modos da ação política, que cada vez mais adota o compasso acelerado da contemporaneidade neste mundo de compressão tempo-espaço? Espiar (analisar), matutar (refletir), atender (agir) sem correr a mão à tecla, sem se mover de graça. Cabe questionar se é possível construir um debate político sem apressar a resposta ao post; sem reagir ao desatino de um click. É possível permanecer e conservar o que, até então, havia nos conduzido para o caminho de uma construção democrática? Ao gosto de Minas Gerais e, por que não, do Brasil: mais ao meio, mais ao tempero do diálogo e da negociação, da concertação; do que de melhor a mineiridade – ou sua mítica - legou à nação; astúcia, maleabilidade e conciliação.

Editor responsável: Andre Bittencourt

Recebido em 26/03/2024 | Revisado em 19/11/2024 | Aprovado em 09/12/2024

Fernando Tavares Júnior é Professor Associado de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e de seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO). Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (2007). Coordenador do Comitê de Pesquisas em Estratificação e Desigualdades (CP16 - SBS). Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ1). Desenvolve pesquisas nas áreas de Estratificação Social, Sociologia da Educação e Políticas Públicas.

Celi Scalon é Professora de Sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ); bolsista PQ 1A; Cientista do Nosso Estado-FAPERJ e Membro do CA-CNPq. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) (2011-2013) e membro da Diretoria da ISA (2014-2024). Coordena o PATHS: Núcleo de Pesquisa em Estratificação e Trajetórias Sociais. Áreas de interesse: Estratificação e Desigualdades.

Bruno Pinheiro Wanderley Reis é Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG). Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1997), ex-Diretor da FAFICH-UFMG (2019-2023), já exerceu funções de direção na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), onde serve hoje como presidente.

NOTAS

- 1 Os autores agradecem a valorosa, competente e generosa contribuição dos pareceristas anônimos na avaliação do artigo. Agradecem também ao Projeto Minas Mundo, em especial aos colegas André Pereira Botelho, Pedro Meira e André Junqueira Caetano que propiciaram trocas e conversas fundamentais para a reflexão apresentada neste artigo. Agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio financeiro concedido para a realização das pesquisas que subsidiaram este trabalho.
- 2 Essa chave de interpretação sociológica se contrapõe a análises conjunturais específicas, como aquelas que relacionam fatores econômicos específicos à “geografia do voto” (cf. Santos *et al.*, 2024) e enfoques comportamentais, como baseadas na Teoria dos Fundamentos Morais (cf. Zacarias *et al.*, 2024).

REFERÊNCIAS

- Castoriadis, Cornelius. (1987). *The imaginary institution of society*. Cambridge: Mit Press.
- Cotrim Jr, Dorival Fagundes. (2021). Individualismo e a produção de um Comum: implicações neoliberais na segurança social e possíveis mobilizações. *Cadernos Espinosanos*, 44, p. 221-261.
- Deleuze, Gilles. (2018). *A filosofia crítica de Kant*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Durkheim, Émile. (1999). *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferreira, Mateus Gomes Mendonça & Tavares Júnior, Fernando. (2016). De 2013 a 2016: as ruas e ressignificações políticas. *CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, (22), p. 43-69.
- Gitlin, Todd. (2022). Postmodernism: roots and politics. In: Jhally, Sut, & Angus, Ian. *Cultural politics in contemporary America*. Londres: Routledge. p. 347-360.
- Heath, Joseph. (2021). Post-deliberative Democracy. *Analyse & Kritik*, 43/2, p. 285-308.

Hume, David. (1896). *A treatise of human nature*. Oxford: Clarendon Press.

Hutcheon, Linda. (2003). *The politics of postmodernism*. London: Routledge.

Kornhauser, William. (1959). *The Politics of Mass Society*. Glencoe: Free Press.

Latour, Bruno. (2022). *Nunca fuimos modernos: ensayos de antropología simétrica*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Locke, John. (2019). *Dois tratados do governo civil*. São Paulo: LeYa.

Manioudis, Manolis. (2022). John Stuart Mill: From theory to history and from history to theory. *History of Political Economy*, 54/1, p. 137-159.

Miskolci, Richard. (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora*. Belo Horizonte: Autêntica.

Mounk, Yascha. (2023). *The Identity Trap: a Story of Ideas and Power in our Time*. New York: Penguin Press New York.

Pierucci, Antônio Flávio. (1990). Ciladas da diferença. *Tempo Social*, 2, p. 7-33.

Piketty, Thomas. (2020). *Capital and ideology*. Harvard: Harvard University Press.

Rosa, João Guimarães. *Ave palavra*. Rio de Janeiro: Global, 2022. [Texto originalmente publicado na revista *O Cruzeiro*, em 25 de agosto de 1957].

Scalon, Celi; Salata, André. (2021). Sustainable Development, Universalism and Social Justice. In: Nagla, B. K. (ed.). *Diversity, Democracy and Development*. Jaipur: Rawat. p. 77-90.

Schindler, Sebastian. (2023). Post-truth politics and neo-liberal competition: the social sources of dogmatic cynicism. *International Theory*, 1-20.

Susen, Simon. (2015). *The postmodern turn in the social sciences*. London: Palgrave Macmillan.

Tocqueville, Alexis de. (2005). *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes.

Van Dyk, Silke. (2022). Post-truth, the future of democracy and the public sphere. *Theory, Culture & Society*, 39/4, p. 37-50.

Wallace, Samuel E. (ed.). (2020). *Tocqueville and American civilization*. Londres: Routledge.

Wight, Colin. (2018). Post-truth, postmodernism and alternative facts. *New Perspectives*, 26/3, p. 17-29.

Zacarias, Daniel Oliveira & Almeida, Rizzia Daphne Andrade, & Modesto, João Gabriel. (2024). A Teoria dos Fundamentos Morais e as eleições presidenciais brasileiras em 2018 e 2022. *Quaderns de Psicologia*, 26/1, e1995-e1995.

SOBRE MINAS GERAIS E O MUNDO: UM DEBATE SOBRE CULTURA POLÍTICA E POLARIZAÇÃO

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre o papel idiossincrático que Minas Gerais ocupa na política brasileira, especialmente o peso quantitativo e simbólico que os resultados eleitorais neste estado têm sobre o que ocorre no cenário nacional; deste modo, se debruça sobre razões históricas e sociais que forjaram esta representação. O texto deriva do debate entre três pesquisadores sobre mitos e eventos que formaram a noção de ‘mineiridade’, que se estendeu ao fazer político e como passou a ser compreendido como acordos, arranjos e mediações que se expressam em um fazer político mais ao centro, menos polarizado e mais propenso a concertações históricas. Nesse contexto, Tancredo Neves surge como ícone deste ‘caminho do meio’, como vereda para o desenvolvimento de um projeto nacional mais integrado. Mobilizando essa imagem de Minas, os autores discutem a polarização política atual e sua conexão com as mídias sociais, a crise contemporânea das democracias no Ocidente e seus impactos no Brasil.

Palavras-chave

Minas Gerais;
Política;
Eleições;
Democracia;
Redes sociais.

ON MINAS GERAIS AND THE WORLD: A DEBATE ON POLITICAL CULTURE AND POLARIZATION

Abstract

The article is a reflection on the idiosyncratic role Minas Gerais has in Brazilian politics, especially the quantitative and symbolic weight that electoral results in this state have on what happens in the national elections; therefore, it delves into the historical and social reasons that have forged this representation. The text stems from the debate among three researchers about myths and events that shaped the notion of ‘mineiridade’, which was extended to political deed and how it came to be understood as agreements, arrangements, and mediations that are expressed in a more centrist political approach, less polarized and more prone to historical accommodations. In this context, Tancredo Neves emerges as an icon of a ‘middle path’, as a pathway towards the development of a more integrated national project. Mobilizing this image of Minas, the authors discuss the current political polarization and its connection with social media, the contemporary crisis of democracies in the West and its impacts on Brazil.

Keywords

Minas Gerais;
Politics;
Elections;
Democracy;
Social networks.